Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	18
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	19
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	49
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	51
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	53
10.5 - Políticas contábeis críticas	55
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	57
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	58
10.8 - Plano de Negócios	59
10.9 - Outros fatores com influência relevante	61

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de outubro de 2021.

A Política define as diretrizes, os princípios e as atividades relacionadas à gestão de riscos da Companhia, e foi elaborada com base nas melhores práticas de mercado considerando o Modelo COSO ERM (Comitê das Organizações Patrocinadoras, ERM – Enterprise Risk Management), e reúne elementos já consolidados no mercado e traduzidos para a realidade da Companhia.

A Política é aplicável a todas as áreas da Companhia e de suas controladas, seja no Brasil ou no exterior, bem como a todos os empregados, gerentes, funcionários, diretores estatutários e não estatutários, membros do Conselho de Administração, membros dos comitês da Companhia, membros do Conselho Fiscal (quando instalado), representantes e terceiros, direta ou indiretamente relacionados à Companhia e suas controladas.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a possibilitar a identificação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos do negócio, garantindo desta forma a continuidade de suas operações.

A Política visa:

- ✓ Promover cultura de gestão de riscos em todos os níveis hierárquicos e suas respectivas áreas de atuação;
- ✓ Definir o apetite ao risco de acordo com a missão, visão, diretrizes e os objetivos estratégicos da Companhia;
- ✓ Gerenciar a exposição aos riscos por meio da definição de planos de ação;
- ✓ Assegurar a operacionalização dos processos;
- ✓ Manter informado o Conselho de Administração dos principais riscos mapeados pelo sistema de gerenciamento de riscos da Companhia.

Estar atento às mudanças é a única forma de evitar ser surpreendido por situações desconhecidas ou não controladas.

i. riscos para os quais se busca proteção

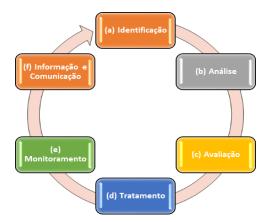
Seguindo as melhores práticas de mercado, a gestão de riscos da Companhia está estruturada conforme segue:

Natureza	Descritivo
Riscos	Estão associados com as decisões estratégicas pela alta Administração para
estratégicos	atingir os seus objetivos de negócios, levando-se em conta a dinâmica dos
	negócios e da concorrência, as alterações políticas no país e fora dele e as
	alterações na economia nacional e mundial.
Riscos	Estão associados à exposição das operações financeiras da Companhia.
financeiros	Trata- se do risco de que os fluxos de caixa não sejam administrados efetivamente para maximizar a geração de caixa operacional, gerenciar os riscos e retornos específicos das transações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros conforme as políticas estabelecidas. Podem ser classificados como: 1) Risco de Mercado: Decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities, movimentos adversos do mercado e/ou nas variáveis que alteram o valor de um instrumento financeiro ativo ou passivo. 2) Risco de Crédito: Decorre da possibilidade da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. 3) Risco de Liquidez: Possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos
	assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.
Riscos operacionais	Estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de ativos, de clientes e de receitas) resultantes de falhas, fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos (catástrofes naturais, greves e atos terroristas). São riscos decorrentes de falhas, erros, deficiências e/ou inadequações de processos internos, de gestão de pessoas e de ambiente tecnológico, incluindo ataques cibernéticos e interrupção dos sistemas, ou, ainda, riscos oriundos de eventos externos e que podem afetar a operação dos negócios da Companhia.
Riscos legais	Estão associados a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. Inclui risco jurídico associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, ao descumprimento de dispositivos legais e ao pagamento de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.

Riscos	Riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável ao setor de
regulatórios	atuação bem como de leis gerais (ambiental, trabalhista, cível e
	tributário/fiscal).
Riscos Político	Monitoramento contínuo pelo Departamento Jurídico de tramitação de projetos envolvendo criação ou modificação de leis ou normativos e regulamentos emitidos por entidades governamentais. Caso sejam identificadas eventuais mudanças no ambiente político que possam impactar a Companhia ou suas operações, o Departamento Jurídico compartilha tais fatos em reunião da diretoria para definição de plano de ação, se necessário;
Riscos Socioambientais	Estão associados a risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade
Riscos de Imagem	Estão associados a ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos listados acima, que podem causar danos à reputação, imagem, credibilidade e/ou marca da Companhia e de suas Controladas, inclusive em razão de publicidade negativa, independentemente de sua veracidade.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos adotados pela Companhia baseiam-se nos componentes definidos no documento Internal Control – Integrated Framework, editado pelo Comitee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission (COSO), conforme mecanismo abaixo.



(a) Identificação dos Riscos

A identificação de riscos na Companhia ocorre em linha com as estratégias de negócio, por meio de fontes internas, sendo elas: profissionais da área responsável pelo risco e auditores internos que, dentre outros procedimentos, conduzem entrevistas com os principais executivos para identificação de novos riscos; e fontes externas, sendo elas: auditores externos, mercado, governo e outras partes interessadas.

(b) Análise dos Riscos

A partir da identificação dos riscos, estes são classificados nas categorias descritas no item 5.1 (b) (i) acima com base nas causas e fontes dos riscos, suas consequências e probabilidade que eles se materializem.

(c) Avaliação dos Riscos

Após a identificações, os riscos são posteriormente analisados para classificação por prioridade, considerando a exposição do risco e impacto caso se materializem. Periodicamente, os riscos identificados são levados ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria e Riscos para apreciação.

A avaliação consiste em: (i) determinar quais riscos serão tratados; e (ii) determinar a prioridade na implementação de referido tratamento. Para tanto, a Companhia adota critérios de impacto e de vulnerabilidade que são utilizados para a definição da matriz geral de riscos.

A classificação final do grau de exposição da Companhia a cada risco será definida em função da combinação entre o impacto e a vulnerabilidade, conforme abaixo:

- Alto: Riscos com impacto alto e vulnerabilidade alta ou média
- Médio: Riscos com impacto médio e vulnerabilidade média
- Baixo: Riscos com impacto baixo e vulnerabilidade baixa
- Irrelevante: Riscos com impacto e irrelevante e vulnerabilidade irrelevante

Com base nessa avaliação, a auditoria interna elabora a matriz geral de riscos em conformidade com a o resultado da avaliação de riscos, cujo principal objetivo é prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia.

(d) Tratamento dos Riscos

Após a avaliação do risco, o tratamento envolve a seleção de uma ou mais opções para tratar os riscos e a posterior implementação de controles e/ou processos para acompanhamento.

O Comitê de Auditoria e Riscos observará as seguintes alternativas para tratamento dos Riscos:

1) Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco. Riscos cujo impacto seja menor que o custo/benefício do seu gerenciamento podem ser mantidos, desde que conhecidos e aceitos pelo Comitê de Auditoria e Riscos. No entanto, o monitoramento deve ser contínuo de modo a assegurar que, caso haja mudança de conjuntura que justifique alteração no tratamento do Risco, a Companhia implemente referido tratamento.

No processo de aceitação de riscos considera-se que o nível atual do risco está abaixo do estabelecido pela Companhia, não existindo ações definidas para seu tratamento. Nesse caso, a decisão deve ser submetida à aprovação de acordo com a alçada descrita a seguir:

TABELA DE ALÇADAS PARA ACEITAÇÃO DOS RISCOS					
Risco Proposta de Aceitação Alçada de Aceitação					
4. Alto	Comitê de Auditoria e Riscos	Conselho de Administração			

3. Médio	Comitê de Auditoria e Riscos	Diretoria
2. Baixo	Comitê de Auditoria e Riscos	Diretoria

2) **Rejeitar:** Neste caso, o Comitê de Auditoria e Riscos aplicará um dos tratamentos a seguir:

Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que o geram.

Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do Risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos.

Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco a terceiros, como, por exemplo, contratação de apólices de seguro, outsourcing e hedging.

(e) Monitoramento

Uma vez implantado um processo de gerenciamento de riscos, este deve ser monitorado sistematicamente, de forma a ser atualizado, melhorado e adaptado às mudanças dos ambientes operacionais, surgimento de novas ameaças e novos métodos de proteção.

(f) Informações e Comunicação

As informações pertinentes são identificadas, coletadas e comunicadas de forma clara e objetiva a todas as partes interessadas, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades atingindo a eficácia dos Planos de Ação.

iii. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com o seguinte: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria e Riscos; (iii) Comitê de Ética; (iv) Controles Internos e Compliance; e (v) Auditoria Interna, conforme descrito abaixo:

- (i) Conselho de Administração: Órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia a avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e compliance de acordo com a Política de Gestão de Riscos aprovada.
- (ii) Comitê de Auditoria e Riscos: Órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem avaliar a Política de Gestão de Riscos e indicar quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração; auxiliar a Administração na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos, controles internos e avaliação da matriz geral de riscos; supervisionar e acompanhar os trabalhos da auditoria interna reportando ao Conselho de Administração ocorrências consideradas relevantes; avaliar o mapa de riscos e os principais fatores de risco aos quais a Companhia esteja exposta e supervisionar os resultados dos testes de controles e os planos de ação mitigatórios, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes.

- (iii) Comitê de Ética: tem como objetivo promover, monitorar e fazer cumprir o Código de Conduta e políticas e leis a ele relacionadas, agindo em conformidade com a missão e valores da Companhia e conduzir seus trabalhos de acordo com as melhores práticas de governança coorporativa e que se reporta ao Comitê de Auditoria e Riscos.
- (iv) Controles internos e compliance: A área está subordinada à alta administração, representada pelo Diretor de Relações com Investidores e tem como principais atribuições: Propor alterações e submeter a Política de gestão de Riscos ao Conselho de Administração por recomendação do Comitê de Auditoria e Riscos; implementar, gerir e disseminar a metodologia de gestão de riscos; monitorar e reportar os planos de ação para gerenciamento dos riscos; reportar a matriz geral de riscos à Administração, ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração; e conduzir junto às áreas pertinentes a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos estratégicos e operacionais. Os integrantes das áreas de controles internos e compliance não acumulam suas funções com atividades operacionais; e
- (v) Auditoria interna: Além dos comitês acima, a Companhia contrata empresa de auditoria interna independente atualmente, a BakerTilly que se reporta ao Comitê de Auditoria e Riscos e tem como responsabilidades: Elaborar o plano anual de auditoria em conformidade com o resultado da avaliação de riscos com o principal objetivo de prover uma avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia; realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e aferir a efetividade da gestão de riscos; executar e reportar os resultados dos testes de controles ao Comitê de Auditoria e Riscos; e emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A auditoria interna atua como uma área independente para avaliação dos processos de governança da Companhia que inclui as atividades de controles internos e gestão de riscos, bem como o cumprimento das políticas e normas para elaboração do plano anual de auditoria.

O Comitê de Auditoria e Riscos atua assessorando e aconselhando o Conselho de Administração na supervisão da Companhia para assegurar a adequação das atividades dos auditores independentes e efetividade dos controles internos.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada.

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Os riscos de mercado para os quais buscamos proteção são gerenciados por uma estrutura composta pelo Comitê de Auditoria e Riscos e pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui uma política exclusiva para gerenciamento de riscos de mercado por entender que as práticas e controles atualmente previstas na Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de outubro de 2021 são suficientes para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos de mercado aos quais está exposta em decorrência de suas operações e atividades.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar da Companhia não possuir uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia adota estratégias para mitigar os riscos de mercado a que está exposta, como riscos de taxa de juros e riscos cambiais, melhor descritor no item 4.2 do presente Formulário de Referência.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia e suas controladas não possuem operações de hedge. A Companhia entende que o risco cambial a que está exposta não justifica a adoção de qualquer estratégia de proteção patrimonial (hedge).

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de crédito

Quanto à proteção à sua exposição ao risco de crédito presente em instrumentos financeiros, a Companhia procura selecionar instituições financeiras pelos critérios de reputação no mercado (instituições sólidas, seguras e de boa reputação).

As operações também deverão atender aos requisitos de compliance e as instituições financeiras deverão enquadrar-se em classificação de risco para operações referentes a aplicações financeiras conforme descritos na política financeira da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração em 9 de maio de 2019.

Risco de gerenciamento de capital e liquidez

Conforme citado no item 4.2 desde Formulário e Referência, a Companhia monitora continuamente a projeção de fluxo de caixa, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros e depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados para as suas necessidades.

Como forma de monitoramento da situação financeira e do risco de gerenciamento de capital, a Companhia avalia a variação de seus covenants financeiros em relação a seus contratos de dívida. A Companhia acompanha o seguinte índice financeiro: Dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses: Menor ou igual a 2,5

Quanto ao caixa, a Companhia busca manter um caixa mínimo, cujo valor constantemente revisado, a fim de garantir a liquidez mesmo com possíveis oscilações em detrimento do mercado ou possíveis gastos não recorrentes. O monitoramento do risco de liquidez e dos parâmetros acima mencionados é acompanhado mensalmente pela Diretoria Financeira e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Risco de taxa de juros e câmbio

A Companhia acompanha e monitora a variação das taxas de juros e câmbio mensalmente. Sensibilidades são avaliadas pela Companhia no seu processo de atualização de suas projeções financeiras e variações relevantes relacionada a taxa de juros que impacte o caixa mínimo da Companhia ou covenants financeiros são avaliados.

O acompanhamento desse risco é realizado constantemente por meio dos modelos financeiros e são avaliados impactos na receita, nos gastos operacionais e financeiros. A Companhia também reavalia seu cenário de projeção de indicadores financeiros mensalmente para capturar possíveis mudanças de mercado e antecipar ações de mitigação, caso seja necessário.

A avaliação do impacto de taxa de juros e da variação cambial faz parte do controle de liquidez e do acompanhamento dos indicadores financeiros (covenants). Sensibilidades dos impactos da variação da taxa de juros são apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a área de Controles internos, riscos e compliance que está subordinada à alta administração da Companhia, representada pelo Diretor de Relações com Investidores, submete as políticas adotadas e ações planejadas à apreciação do

Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e o impacto no fluxo de caixa. Os riscos de mercado são avaliados em relação à necessidade de se manter a estratégia corporativa e o nível de flexibilidade financeira desejado.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e seus controles internos permite o monitoramento e avaliação periódica dos riscos relacionados aos negócios e os possíveis impactos nas operações ou nas demonstrações financeiras e são suficientes para o gerenciamento adequado dos riscos a que está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A gerência de controles internos que tem como principal atribuição manter atualizada a matriz geral de riscos e controles e a classificação de risco desses controles no intuito de assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Administração da Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, de modo a evitar distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações. Para atingimento dos seus objetivos, a gestão dos controles internos da Companhia está estruturada em um modelo integrado de três linhas de defesa demonstradas abaixo com suas respectivas atribuições:



A auditoria interna da Companhia atua na avaliação da conformidade dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, das demonstrações contábeis e os controles associados e de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira e procedimentos internos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. O plano anual de auditoria é acompanhado pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

A Companhia está alinhada às melhores práticas de controles internos, bem como atesta o correto funcionamento do ambiente de seus controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos seus controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que, no período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

A administração acredita que sua estrutura de Governança Corporativa e o sistema de controles internos da Companhia é compatível com o porte e com a complexidade de seus negócios

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A alta administração, representada pelo Diretor de Relações com Investidores, é o principal órgão da administração responsável pelo gerenciamento dos controles internos, conta com o suporte da Gerência de Controles Internos para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controles internos e observância às normas contábeis aplicáveis. A área de auditoria interna que se reporta diretamente para o Comitê de Auditoria e Riscos.

A Companhia contrata ainda empresa responsável pela sua auditoria interna – atualmente Baker Tilly - que, além da gestão de riscos e supervisão dos controles internos, tem como função identificar e mensurar os riscos do negócio, definir processos e atividades de controle e implementá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O plano de auditoria é recomendado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O resultado das respectivas auditorias e a evolução das implementações ou regularizações dos planos de ação são apresentados periodicamente a Administração da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Como parte do trabalho de auditoria das demonstrações financeiras, os Auditores Independentes elaboram relatório com seus entendimentos sobre os controles internos da Companhia, com o propósito de identificar e avaliar os possíveis riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras e planejar procedimentos de auditoria que fossem apropriados, sem, contudo, expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desses estudos e avaliações, os Auditores Independentes não identificaram deficiências de controle que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social, bem como não foram indicados pontos relevantes relacionados aos controles internos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia sempre analisa as oportunidades de melhorias reportadas pelos Auditores Independentes na carta de recomendação e define planos de ação para a implementação das recomendações que julga pertinentes. A implementação dos planos de ação é acompanhada pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração concorda com o relatório do Auditor Independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos.

PÁGINA: 12 de 61

a. se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui Código de Conduta, Política de Integridade, Canal de Denúncias e canal de Linha de Ética, sendo uma política perene da Companhia conduzir todas as suas atividades junto a colaboradores, clientes, concorrentes, parceiros, fornecedores, governo e demais segmentos da sociedade, dentro dos mais elevados padrões de honestidade, dignidade, respeito, zelo e em conformidade com as exigências legais. Além disso, periodicamente, através da rede interna da empresa são abordados tópicos do Código de Conduta da Companhia, de forma a garantir o pleno conhecimento e divulgação de seu conteúdo.

A Companhia torna público o seu Código de Conduta que tem como objetivo definir os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta da empresa, tanto da parte institucional como da parte dos seus colaboradores, traduzindo o conteúdo descrito em sua Missão.

Esperamos que todos os envolvidos nas atividades da empresa conduzam suas ações em conformidade com os princípios deste Código, uma vez que ele se apresenta como o compromisso público da empresa e o norteador das práticas e das relações cotidianas.

Estamos certos de que o cumprimento do Código de Conduta contribui para fortalecer a cultura empresarial que todos desejamos, com responsabilidade social e ambiental, cujos bons resultados serão fruto da representação e da participação coletiva.

A Política de Código de Conduta da Companhia poderá ser acessada em sua integra através do seu site de relações com investidores https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/ e/ou no site da CVM/B3.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são o Código de Conduta, a Política de Integridade e o Canal de Denúncias.

O Código de Conduta da Companhia tem como objetivo definir os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta da empresa, tanto da parte institucional como da parte dos seus colaboradores, visando o bem comum, a honra e a qualidade dos serviços. Nesse sentido, o Código prevê penalidades e normas de conduta para evitar práticas de corrupção, fraude, suborno, entre outros ilícitos.

Princípios Éticos BRQ:

• O respeito aos indivíduos, a integridade, a transparência e a honestidade são os princípios éticos que direcionam as ações da empresa.

PÁGINA: 13 de 61

- O respeito aos indivíduos referência as relações da empresa com pessoas e instituições e se manifesta no respeito às condições de raça, cor, sexo, religião, origem, classe social, idade, estado civil, nível hierárquico e outras.
- A integridade para a BRQ é desenvolver suas atividades de forma correta e honesta, preservando e fortalecendo seus princípios morais e éticos.
- A transparência, como respeito ao interesse público e às partes interessadas se manifesta de modo compatível com os direitos de privacidade pessoal e com a política de segurança da Informação da empresa.
- A BRQ repudia sumariamente a prática de corrupção e propina, utilizando procedimentos internos de controle que evitam tais ocorrências
- O cuidado com a qualidade de vida inclui o atendimento à saúde, ao meio ambiente e a segurança.
- A empresa compromete-se em proporcionar relações de trabalho justas, num ambiente de confiança mútua, de cooperação, solidariedade, valorização e de respeito às pessoas em sua diversidade e dignidade.
- A lealdade a BRQ se manifesta no compromisso com sua Missão e Visão, na adoção de condutas compatíveis e inovadoras em busca de níveis crescentes de excelência, competitividade e rentabilidade.
- A BRQ busca a excelência em qualidade, segurança, meio ambiente, saúde e recursos humanos, e
 para isso promove a educação, capacitação e comprometimento dos colaboradores, envolvendo as
 partes interessadas.
- A empresa considera que a responsabilidade, zelo e disciplina no trabalho, no trato com as pessoas e com os bens materiais e imateriais da Empresa são comportamentos fundamentais para as relações de trabalho.
- O mérito é o critério utilizado para o reconhecimento, a recompensa, a avaliação e o investimento em pessoas.

A Política de Integridade, por sua vez, que tem como principal objetivo estabelecer o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade, tendo como foco medidas anticorrupção, aplicando efetivamente os códigos de ética e de conduta, política e diretrizes, com a finalidade de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos. Esse instrumento foi elaborado, em atendimento e consonância com as medidas de anticorrupção estabelecidas na Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2014.

Ainda, além do Canal de Denúncia da Companhia, foi criado um novo canal de Linha de Ética para reporte de qualquer acontecimento que não seja compatível com os valores da Companhia.

Os mecanismos de integridade da Companhia são revisados periodicamente (no mínimo, 1 vez ao ano) para alinhamento das melhores práticas de conduta e ética, bem como para adequação às alterações legais e normas sobre o assunto.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos de integridade adotados pela Companhia é realizado pela administração da Companhia, com auxílio do Comitê de Ética.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e teve sua primeira versão aprovada formalmente pelo Conselho de Administração em 13.08.2019. Este documento é o resultado da pesquisa realizada internamente, assim como da análise de documentos sobre o tema, tornados públicos por grandes e respeitadas empresas nacionais, que serviram de balizamento para a elaboração final do Código de Conduta, que é composto dos princípios éticos e de conduta.

Buscou-se retratar no documento as práticas usuais de relacionamento da BRQ com o meio interno e externo, que traduzem o seu compromisso com os valores éticos adotados como norteadores de sua ação. O Código de Conduta da Companhia teve sua quinta edição formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2021. O principal objetivo do Código de Conduta é formalizar normas de conduta ética para os integrantes da estrutura organizacional e de pessoal da empresa; visando o bem comum, a honra e a qualidade dos serviços.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta aplica-se a todos os diretores, conselheiros de administração e empregados e se abrange também a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados. E cada um deve cumprir e promover o cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva da empresa e nas relações com todas as partes interessadas. Todos os colaboradores, representantes legais e empresas contratadas da BRQ tomam conhecimento formal deste Código, que é amplamente divulgado, por meio impresso e eletrônico, sendo a sua leitura, obrigatória no ato da contratação do colaborador.

O Código de Ética é submetido a revisões periódicas, com transparência e participação das partes interessadas e será atualizado, sempre que necessário. Através da observância do Código é possível garantir a integridade do grupo e o bem-estar dos indivíduos que o constituem. A finalidade é que seu conteúdo sirva como uma orientação durante as preocupações do dia a dia, permitindo um crescimento pessoal e profissional orientado para a consciente tomada de decisões.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Companhia realiza treinamento de integração com os colaboradores quando da admissão onde aborda temas que orienta os princípios e valores de conduta para os seus colaboradores. Ainda, periodicamente (no mínimo, 1 vez ao ano), através da rede interna da empresa, são abordados tópicos do documento, de forma a garantir o pleno conhecimento e divulgação de seu conteúdo.

PÁGINA: 15 de 61

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Companhia considera falta grave qualquer descumprimento dos princípios e compromissos expressos no Código de Conduta. O descumprimento do Código implicará penalidades de acordo com a gravidade do fato, podendo ser aplicada advertência, suspensão, rescisão contratual e exclusão dos programas oferecidos pela Companhia.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e está em sua quinta edição (aprovada 13 de outubro de 2021). O documento está disponível através da Intranet (WorkPlace) da Companhia aos seus colaboradores e ao público em geral através da página oficial da BRQ.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
 - se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias da Companhia é interno e está sob responsabilidade dos membros do Comitê de Ética, constituído e regido de acordo com o Regimento Interno próprio.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal está aberto para recebimento de denúncias de terceiros e dos empregados da Companhia, fortalecendo ainda mais nosso compromisso em seguir nosso Código de Conduta com todos os públicos que nos relacionamos.

O Canal de Ética da BRQ pode ser acessado em https://www.brq.com/quem-somos/canal-de-etica/

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Os denunciantes não precisam se identificar, garantindo desta forma seu anonimato. As denúncias relacionadas a violação do código de conduta não implicarão retaliação nem serão objeto de valorização ou reconhecimento dos profissionais que realizaram a denúncia.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

Qualquer pessoa que constatar qualquer prática ou ato que sejam contrários aos estabelecidos no Código de Conduta deverá comunicar o ocorrido ao seu gestor, que, por sua vez, tem a obrigação de reportar o fato ao Comitê de Ética e Ouvidoria, órgão responsável pela apuração de denúncias.

PÁGINA: 16 de 61

Caso haja constatação de violação ao Código, o caso será tratado pela Diretoria onde será avaliado diretrizes para aplicação de medidas disciplinares, apuração de ocorrências e ressarcimento de danos/multas causados por empregados à empresa, por culpa ou dolo, de acordo com as leis aplicáveis.

Todas as informações registradas são recebidas pelo Comitê de Ética e são analisadas com total imparcialidade, assegurando o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Para todos os processos que envolvem fusões, aquisições ou reestruturações, são realizadas avaliações de riscos que abrangem as categorias de riscos jurídicos, ambientais, prediais, de mercado, políticos, financeiros e técnicos. Para suportar as avaliações, são contratadas consultorias especializadas para realização de due diligence das pessoas jurídicas envolvidas no processo.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não se aplica, dado que a Companhia possui em seu Código de Conduta regras relacionadas a inibir a corrupção, fraudes a licitações e outras práticas lesivas à administração pública.

PÁGINA: 17 de 61

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

A Companhia avalia constantemente os riscos aos quais está exposta e que possam afetar de forma adversa seus negócios, situação financeira e resultado. Incluem-se aí eventuais mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar negativamente suas atividades e de suas Controladas.

Em relação ao último exercício social, nenhuma alteração significativa nos principais riscos foi identificada pela Companhia.

PÁGINA: 18 de 61

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

No julgamento da Companhia, todas as informações relevantes foram fornecidas nos subitens relacionados ao item 5 do presente Formulário de Referência.

PÁGINA: 19 de 61

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, serão apresentadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. As informações dos itens 10.1 a 10.9, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/) e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Por meio da análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante a Companhia acredita que seu capital de giro permite liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, suas despesas e suas obrigações para os próximos anos.

A Companhia entende a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis em instituições financeiras são suficientes para suportar o financiamento de suas atividades e cobrir a necessidade de recursos para a realização do plano de negócios da Companhia.

Segue abaixo informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia em 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	118.967	104.731	106.918
Caixa e equivalentes de caixa	161.617	134.715	73.376
Dívida Bruta (a)	55.071	75.995	22.371
Caixa líquido (b)	(106.546)	(58.720)	(51.005)
Lucro líquido do período / exercício	40.261	44.569	29.844
EBITDA Ajustado (c)	106.115	77.893	50.593
Margem EBITDA Ajustado (%) (d)	16,96%	15,16%	12,10%

- (a) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.
- (b) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.
- (c) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado em 2021 com itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: ganho extraordinário referente ao perdão da dívida (PPP Loan) na sua controlada no exterior; despesas com esforços para aquisição de empresas; pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; valores de prêmio / PLR que foram registrados no momento da sua aprovação, e no ano de 2020 pela perda (ganho) na baixa de ativos. O exercício social encerrado em 2019 e apresentado acima não foi ajustado com itens não

recorrentes ou itens que não fazem parte do plano de negócios da Companhia. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias."

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3°, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

(d) A Margem EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA Ajustado conforme descrito do item acima sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia seguem em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com receita líquida de R\$ 625.547 mil (R\$ 513.712 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020) e lucro líquido de R\$ 40.261 mil (R\$ 44.569 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia era de R\$ 161.617 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2020, que correspondia a R\$ 134.715 mil, um aumento de 20,00%.

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa da Companhia é superior às suas obrigações de curto prazo.

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Em 31 de dezembro 2021, a Companhia possui capital circulante líquido positivo e o nível de endividamento da Companhia encontra-se de patamar adequado.

Considerando seu nível de endividamento, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para

realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 seguiram em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia com receita líquida de R\$ 513.712 mil (R\$ 418.114 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019) e lucro líquido de R\$ 44.569 mil (R\$ 29.844 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia era de R\$ 134.715 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$ 73.376 mil, um aumento de 83,60%. Esse aumento se deve, principalmente, à 1ª emissão de debêntures realizada em março de 2020, o que impactou o caixa positivamente em R\$ 58.285 mil (valor líquido dos custos de captação), somado a geração operacional de caixa em R\$ 65.309 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, sendo estes compensados parcialmente pelas aquisições de ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 5.853 mil e pelo pagamento de dividendos em R\$ 48.582 mil no mesmo período.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia em no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 seguiram em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia com receita líquida de R\$ 418.114 mil (R\$ 357.715 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018) e lucro líquido de R\$ 29.844 mil (R\$ 24.028 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalente de caixa era de R\$ 73.376 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$ 68.183 mil, um aumento de 7,6%. Esse aumento se deve a geração operacional de caixa da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 compensado parcialmente pelas aquisições de ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 4.815 mil; pelo pagamento de dividendos em R\$ 13.392 mil e pelo pagamento da parcela de principal das dívidas em aberto em R\$ 13.195 mil no mesmo período.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Administração considera que a execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico (por aquisições) depende da utilização de fontes de financiamento compatíveis com volumes de capital, prazos de amortização longos e perfis de risco adequados.

O objetivo da Administração da Companhia no processo de administração do capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir custos e manter o equilíbrio adequado.

A estrutura de capital da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	108.967	104.731	106.918
Passivo Total + Patrimônio Líquido	345.489	275.948	208.827
Capital Próprio (a)	31,54%	37,95%	51,20%

(Em milhares de reais,	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
exceto percentuais)			
Passivo Circulante e não Circulante	226.522	171.217	101.909
Passivo Total + Patrimônio Líquido	345.489	275.948	208.827
Capital de Terceiros (b)	65,57%	62,05%	48,80%

⁽a) O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou emissão de dívidas a mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta por 48,80% de capital de terceiros. Porém, com a 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia, o capital de terceiros passou a representar 62,05% em 31 de dezembro de 2020 e 65,57% em 30 de dezembro de 2021.

⁽b) O capital de terceiros da Companhia é representado pela somatória do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

Periodicamente, a Administração da Companhia revisa a estrutura de capital e habilidade de liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

i. hipóteses de resgate

A Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações resgatáveis.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que Companhia tem liquidez e recursos suficientes para saldar compromissos de curto prazo, mas depende de sua geração de caixa futura para garantir que tal situação permanecerá estável. A Companhia tem apresentado adimplemento e pontualidade em relação aos compromissos financeiros assumidos. O capital de giro (saldo necessário para garantir a continuidade do funcionamento da Companhia) em 31 de dezembro de 2021 da Companhia, incluindo recursos em caixa e linhas já aprovadas de financiamento bancário, é suficiente para atender as suas exigências operacionais e financeiras imediatas.

A Administração entende que os índices abaixo indicam que a Companhia possui ativos e capacidade de geração de caixa em montante suficiente para fazer frente às suas obrigações e monitora continuamente os indicadores de liquidez, acreditando que eles apresentam níveis compatíveis com as práticas de mercado no setor de atuação. Os principais indicadores de liquidez considerados são:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de				
	2021	2020	2019		
Ativo circulante	277.376	233.364	165.624		
Passivo circulante	145,975	113.506	88.376		
Índice de Liquidez Corrente (ILC) (a)	1,89%	2,06%	1,87%		
Ativo total	345.489	275.948	208.827		
Passivo total	226.522	171.217	101.909		
Índice de Liquidez Geral (ILG) (b)	1,53%	1,61%	2,05%		

⁽a) Medido pela relação entre o ativo circulante e o passivo circulante.

(b) Medido pela relação entre o ativo total (ativo circulante + ativo não circulante) e o passivo total (passivo circulante + passivo não circulante).

Compromissos financeiros – "Covenants"

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da 1ª emissão das debêntures a administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses: Menor ou igual a 2,5

O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants. A Companhia também acompanha outros covenants qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2021 foram atendidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, em captação de Certificados de Depósitos Bancários, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, e operações de emissão de debêntures, conforme apresentado a seguir:

	Em 31 de dezembro de				
(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	2021	2020	2019		
Recursos de instituições financeiras	-	11.235		-	
(-) Custos de captação	-	(35)		-	
Recursos de emissão de títulos (-) Custos de captação	-	60.000		-	
() Custos de cupturque	-	(1.715)		-	

A Companhia mantém um saldo confortável em caixa e equivalentes de caixa, sendo seu total em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, de R\$ 161.617 mil, R\$ 134.715 mil e R\$ 73.376 mil. Os Diretores da Companhia entendem que as fontes de financiamento são adequadas ao perfil de endividamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. Tais recursos podem ser complementados pela geração de caixa operacional da Companhia e por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar

projetos relacionados à inovação tecnológica. Caso venha a enfrentar eventuais deficiências de liquidez, a Companhia poderá recorrer à utilização do limite pré-aprovados para capital de giro junto aos Bancos Itaú, Santander e Bradesco.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(R\$ mil, exceto %) Instituição Financeira	Venc.	Taxa Pré (a.a.)	Taxa pós	Garantia	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Itaú	jan/21	2,43%	100% CDI	N/A	-	716	9.324
Chase Bank (a)	mai/21	0,98%	-	N/A	-	4.000	-
Caixa Economica Federal (b)	nov/21	2,18%	100% CDI	Dep. vinculado	-	6.984	-
Santander	*	2,25%	Labor	N/A	-	1.507	-
BNDES	ago/19	1,50%	TJLP	Aval	-	-	-
BNDES	ago/21	1,70%	TJLP	Fiança Bancária	-	-	8.842
Bradesco (c)	mar/25	1,53%	100% CDI	Recebíveis/Fiança	47.493	58.449	
		TOTAL	_		47.493	71.656	18.166

^{*} Linha de crédito

- (a) Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 769 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa "CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)". O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros gastos elegíveis.
- (b) Em 04 de agosto de 2020, a Companhia contratou um empréstimo no montante de R\$ 7.000 mil junto à Caixa Econômica Federal para capital de giro. A dívida tem 6 meses de carência e vencimento em 5 de novembro de 2021. Esta operação requer da Companhia uma garantia real de R\$ 1.400 mil de aplicação financeira remuneradas ao percentual de 98,50% da variação do CDI. Em 30 de junho de 2021 este depósito vinculado totaliza R\$ 1.420 mil (R\$ 1.524 mil em 31 de dezembro de 2020).
- (c) 1ª Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuídas com esforços restritos, com pagamento mensal de juros e pagamento do principal iniciado em abril/2020, com vencimento em março/2025, a dívida tem garantia real da cessão fiduciária de recebíveis, contrato de prestação de prestação de serviços entre o Bradesco e BRQ e garantia adicional fidejussória registrada nos Cartórios de Registros e Documentos da Cidade de Barueri e da Cidade de São Paulo.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

(Em milhai	res de R\$, exce	eto percentuais)					
Entidade	Data final vencimento	Taxa pré a.m.	Tipo	Bens	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Santander Leasing S.A.	out/24	0,94% a 1,24%	Financeiro	Equipamentos de informática	6.889	3.282	2.044
Bradesco Leasing S.A.	jan/22	1,02% a 1,19%	Financeiro	Equipamentos de informática	43	705	1.466
Banco Daycoval	jan/23	0,88%	Financeiro	Software	492	-	-
Safra Leasing S.A.	ago/22	12,55%	Financeiro	Equipamentos de informática	154	352	551
	TOT				7.578	4.339	4.061

iii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de suas dívidas são garantidas por alienação fiduciária e fiança das pessoas físicas controladoras da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou sua 1^a (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição ("Debêntures"). As Debêntures possuem cláusula restritivas relacionadas a:

- (i) aprovação de matérias concernentes à fusão, cisão, liquidação, incorporação ou qualquer forma de reestruturação societária, incluindo incorporação de ações, que resulte: (a) em mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário direto e indireto da Companhia; ou (b) em redução da participação acionária dos Controladores na Companhia, exceto se com prévia anuência dos titulares das Debêntures
- (ii) aprovação de (i) distribuição de dividendos acima do mínimo legal, (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio ou a (iii) realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia a seus acionistas, sendo certo que em qualquer caso, a distribuição de dividendos pela Companhia está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020;

- (iii) a criação de quaisquer ônus, gravame ou impedimento sobre os direitos creditórios cedidos fiduciariamente em garantia aos titulares das Debêntures;
- (iv) não observância por dois trimestres consecutivos ou alternados, do índice financeiro relacionado a seguir ("Índice Financeiro") por todo o período de vigência das Debêntures, a serem apurados pela Companhia trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia.
- Dívida Financeira Líquida/EBITDA: menor ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos).

Sendo considerado:

"Dívida Financeira Líquida" saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida em moeda local ou internacional, os resultados, negativos, das operações de proteção patrimonial (Hedge), excluindo-se os efeitos do IFRS 16 e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, os depósitos diretamente vinculados a estes empréstimos e financiamentos e resultados positivos das operações de proteção patrimonial; e

"EBITDA" o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses

(v) alteração dos principais ramos de negócio da Companhia, conforme previsto em seu Estatuto Social, ou realização de operações fora de seu objeto social ou prática de qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com a Escritura de Emissão das Debêntures, em especial os que possam comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os debenturistas.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia utilizava os seguintes percentuais dos limites para capital de giro:

Banco	Valor do Limite (Em milhares de reais)	Percentual Utilizado
Itaú	3.000	0,00%
Santander	10.000	0,00%
Bradesco	5.000	0,00%

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados (em 31/12/2021 comparado com 31/12/2020)

(em milhares de reais, exceto %)

DRE	2021	AV %	AH %	2020	AV %
Receita, líquida	625.547	100,00%	21,77%	513.712	100,00%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(400.491)	-64,02%	16,00%	(345.251)	-67,21%
Lucro bruto	225.056	35,98%	33,60%	168.461	32,79%
	35,98%			32,79%	_
(Despesas) / receitas operacionais					
Despesas administrativas	(130.424)	-20,85%	35,28%	(96.410)	-18,77%
Perdas de crédito esperadas	1.121	0,18%	-168,44%	(1.638)	-0,32%
Despesas tributárias	(17.676)	-2,83%	3143,30%	(545)	-0,11%
Outras (despesas) / receitas operacionais, liquído	6.228	1,00%	-666,18%	(1.100)	-0,21%
	(140.751)	-22,50%	41,18%	(99.693)	-19,41%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	84.305	13,48%	22,59%	68.768	13,39%
Receitas financeiras	4.716	0,75%	54,27%	3.057	0,60%
Despesas financeiras	(27.493)	-4,40%	397,16%	(5.530)	-1,08%
	(22.777)	-3,64%	821,03%	(2.473)	-0,48%
Resultado antes dos impostos	61.528	9,84%	-7,19%	66.295	12,91%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.336)	-4,21%	10,41%	(23.853)	-4,64%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.069	0,81%	138,32%	2.127	0,41%
Lucro líquido do exercício	40.261	6,44%	-9,67%	44.569	8,68%
Atribuível aos acionistas controladores	36.737	5,87%	-13,12%	42.286	8,23%
Atribuível aos acionistas não controladores	3.524	0,56%	54,36%	2.283	0,44%

• Receita líquida

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$625.547 mil, representando um aumento de R\$111.835 mil, ou 21,77%, comparado a R\$513.712 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente:

- (i) Decorrente do crescimento da oferta NextGen Squads que visa um olhar mais estratégico sobre o negócio dos seus clientes alavancados pelo cross sell em clientes já existentes, levando-se em conta que nosso relacionamento médio dom os 10 principais clientes são superiores a 10 anos.
- (ii) Pela expansão clientes, 33 novos clientes no exercício findo em 31de dezembro de 2021.

• Custos das vendas e dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 400.491 mil, representando um aumento de R\$ 55.240 mil, ou 16,00%, comparado a R\$ 345.251 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O custo é composto 94,37% por custo de pessoal, que foi responsável pelo aumento de R\$ 49.196 mil devido basicamente ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano (aproximadamente 4,52%).

• Resultado Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 225.056 mil, representando um aumento de R\$ 55.595 mil, ou 33,60%, comparado a R\$ 168.461 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O resultado bruto vem crescendo ano contra ano, influenciada principalmente pelo aumento significativo de soluções Nextgen, ou seja, ofertas focadas na estratégia do cliente, com alto valor agregado, somado a eficiência e qualidade no delivery.

A margem bruta, medido pela relação do resultado bruto sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados, cresceu 3.18 p.p. comparada ao ano anterior. Diversas ações foram desenhadas para esse resultado: aumento da eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços; crescimento de um portfólio de soluções focado em transformação digital; e Criação de novos modelos de negócio, atrelados à transformação digital, nos seus clientes que gera vendas com maiores margens devido ao aumento de valor agregado nos serviços.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 130.424 mil, representando um aumento de R\$ 34.014 mil, ou 35.28%, comparado a R\$ 96.410 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(R\$ mil)	2021	2020	AH	AH %
Com pessoal	(106.337)	(79.659)	(26.678)	33,49%
Serviços com terceiros	(9.816)	(6.651)	(3.165)	47,59%
Aluguéis e condomínios	(666)	(904)	238	-26,33%
Depreciação e amortização	(2.494)	(3.695)	1.201	-32,50%
Comunicações	(580)	(608)	28	-4,61%
Energia elétrica	(173)	(332)	159	-47,89%
Outras despesas administrativas	(10.358)	(4.561)	(5.797)	127,10%

Despesas administrativas	(130.424)	(96.410)	(34.014)	35,28%

O aumento deveu-se principalmente ao aumento de R\$ 26.678 mil em custo com pessoal é devido principalmente pelo pagamento de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 13.100 mil, frente ao valor de R\$ 6.298 mil pagos no mesmo período do ano anterior, somado aos efeitos do reajuste sindical do ano em aproximadamente 4,98% e aumento no quadro de funcionários.

• Despesas Tributárias

As despesas tributárias da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 17.676 mil, representando um aumento de R\$ 17.131mil, ou 3.143,30%, comparado a R\$ 545 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O aumento refere-se ao acordo individual de transação com a PGFN referente ao auto de infração no valor de R\$ 17.028 mil.

• Outras (despesas) Receitas Operacionais, Líquidas

As outras (despesas) receitas operacionais, líquidas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de uma receita de R\$6.228 mil, representando uma redução de R\$ 7.328, ou -666,18%, comparado a uma despesa de R\$ 1.100 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se principalmente a receita extraordinária em 2021 no montante de R\$ 4.150 mil registrada na controlada ThinkInternational devido ao perdão do empréstimo do valor obtido no âmbito do programa CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security) devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso e a despesa referente à baixa dos ativos imobilizados no montante de R\$2.967 mil ocorrida no ano de 2020, em decorrência da redução dos escritórios após a adoção do trabalho remoto na Companhia.

• Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 84.305 mil, representando um aumento de R\$ 15.537 mil, ou 22,59%, comparado a R\$ 68.768 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

• Receitas Financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.716 mil, representando um aumento de R\$ 1.659 mil, ou 54,27%, comparado a R\$ 3.057 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa redução deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou aumento de R\$ 1.399 mil quando comparado com o mesmo período do ano anterior principalmente pelo aumento no CDI acumulado no período analisado.

• Despesas financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 27.493 mil, representando um aumento de R\$ 21.963 mil, ou 397,16%, comparado a R\$ 5.530 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se basicamente a multas e juros do acordo individual de transação com a PGFN referente ao auto de infração no valor de R\$ 21.073 mil.

Lucro antes dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 61.528 mil, representando uma redução R\$ 4.767 mil, ou -7,19%, comparado a R\$ 66.295 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

• Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Devido aos motivos descritos acima o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 21.267 mil, representando uma redução de R\$ 459 mil, ou -2,11%, comparado a R\$ 21.726 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

• Lucro líquido do período

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 40.261 mil, representando uma redução de R\$ 4.308 mil, ou -9,67%, comparado a R\$ 44.569 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (em milhares de reais, exceto %)

Ativo	2021	AV %	AH%	2020	AV %
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	161.617	46,78%	19,97%	134.715	48,82%
Contas a receber	91.625	26,52%	12,71%	81.296	29,46%
Estoques de serviços em andamento	260	0,08%	-62,26%	689	0,25%
Despesas antecipadas	12.520	3,62%	76,94%	7.076	2,56%
Impostos a recuperar	10.335	2,99%	33,01%	7.770	2,82%
Outros ativos	1.019	0,29%	-43,95%	1.818	0,66%
Total do ativo circulante	277.376	80,29%	18,86%	233.364	84,57%
Ativo não circulante					
Estoques de serviços em andamento	23	0,01%	-46,51%	43	0,02%
Depósitos judiciais e caução	4.131	1,20%	-8,10%	4.495	1,63%
Depósitos vinculados – caixa restrito	-	0,00%	-100,00%	1.524	0,55%
Imposto de renda e contribuição	9.464	2,74%	115,34%	4.395	1,59%

Total do ativo	345.489	100,00%	25,20%	275.948	100,00%
Total do ativo não circulante	68.113	19,71%	59,95%	42.584	15,43%
Direito de uso	1.405	0,41%	-17,06%	1.694	0,61%
Intangível	29.741	8,61%	211,23%	9.556	3,46%
Imobilizado	12.319	3,57%	14,77%	10.734	3,89%
Ativos financeiros	10.771	3,12%	6,19%	10.143	3,68%
social diferidos					

Passivo Circulante	3,39%
	3 39%
Fornecedores 12.818 3,71% 37,12% 9.348	2,27/0
Empréstimos e financiamentos 6.618 1,92% -49,89% 13.207	4,79%
Financiamentos por arrendamento 4.433 1,28% 73,44% 2.556	0,93%
Passivos de arrendamento 793 0,23% 1,02% 785	0,28%
Debêntures 14.634 4,24% 100,00% 11.095	4,02%
Salários e encargos sociais 26.514 7,67% 124,68% 11.801	4,28%
Salários e encargos sociais 188 0,05% -32,86% 280	0,10%
Impostos e contribuições a recolher 26.023 7,53% 167,62% 9.724	3,52%
Provisão para férias e 13o salário 29.590 8,56% 11,40% 26.562	9,63%
Dividendos a pagar 9.197 2,66% -10,10% 10.230	3,71%
Receitas diferidas 12.251 3,55% -24,87% 16.307	5,91%
Outras passivos 3.916 1,13% 143,08% 1.611	0,58%
Total do passivo circulante 146.975 42,54% 29,49% 113.506	41,13%
Passivo Não -Circulante Provisão para perda de causas judiciais 6.626 1,92% 2,97% 6.435	2,33%
Passivos de arrendamento 3.145 0,91% 76,39% 1.783	0,65%
Financiamentos por arrendamento 657 0,19% -36,71% 1.038	0,38%
1	17,16%
Receitas diferidas 400 0,12% -50,00% 800	0,29%
Participações a pagar 1.515 0,44% 0,00% -	0,00%
Impostos e contribuições a recolher 21.779 6,30% 0,00% - Obrigação por aquisição de	0,00%
investimentos 12.343 3,57% 0,00% -	0,00%
Outros passivos 223 0,06% 100,00% 301	0,11%
Total do passivo não circulante 79.547 23,02% 37,84% 57.711	20,91%
Patrimônio líquido	
Capital social 56.277 16,3% 0,3% 56.106	20,33%
Ações em Tesouraria (503) -0,1% 0,0% -	0,00%
Reserva de capital (3.629) -1,1% -4813,0% 77	0,03%
Reserva de lucros 46.035 13,3% 72,1% 26.748	9,69%
Dividendo adicional proposto 8.725 2,5% -13,1% 10.043	3,64%
Ajustes acumulados de conversão 10.169 2,9% 2,9% 9.884	3,58%
Lucro líquido do período - 0,0% 0,0% -	0,00%

Patrimônio líquido atribuível aos controladores	117.074	33,9%	13,8%	102.858	37,27%
Participação acionistas não controladores	1.893	0,5%	1,1%	1.873	0,68%
Total do patrimônio líquido	118.967	34,4%	13,6%	104.731	37,95%
Total do passivo e do patrimônio líquido	345.489	100,0%	25,2%	275.948	100,00%

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$ 277.376 mil em 30 de junho de 2021, mostrando um aumento 18.86 % em relação aos R\$ 233.364 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deveu-se, basicamente a:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: Aumento de 19,97% resultante do melhor gerenciamento do fluxo de caixa da empresa
- (ii) Contas a receber: Aumento no saldo em R\$ 10.329 mil em 30 de dezembro de 2021 quando comparado com 31 de dezembro de 2020, resultado direto do aumento da operação no período.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$ 68.113 mil em 30 de dezembro de 2021, mostrando aumento de 59,95% em relação aos R\$ 42.584 mil em 31 de dezembro de 2020 principalmente, o aumento do imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de 5.069 e o registro do ágio nas aquisições da BMSIX e Livetouch no valor de R\$ 18.114.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 30 de dezembro de 2021 foi de R\$ 146.975 mil, aumento de 29,49% em relação ao valor de R\$ 113.506 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento refere-se à:

- (i) Aumento nos impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 13.560 referente ao acordo de transação com a PGFN,
- (ii) Aumento do saldo de debêntures em R\$ 3.536 mil devido a atualização monetária; aumento do saldo de salários e encargos em R\$ 12.857 referente a PLR do ano de 2021 a ser paga em 2022 e R\$ 3.500 mil em salários e encargos devido ao aumento da folha de pagamento em decorrência do número de funcionários e contabilização de provisão de banco de horas e dissidio referente ao ano de 2021.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 30 de dezembro de 2021 foi de R\$ 79.547 mil, aumento de 37,84% em relação ao valor de R\$ 57.711 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento foi basicamente aumento nos impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 21.779 referente ao acordo de transação com a PGFN.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido totalizou R\$ 118.967 mil em 30 de dezembro de 2021 (R\$ 104.731 mil em 31 de dezembro de 2020), aumento de 13,59%. Esse aumento foi decorrente, principalmente, pelo lucro

líquido do exercício findo 30 de dezembro de 2021 de R\$ 44.569 mil compensados parcialmente de dividendos distribuídos de R\$22.272 mil, reserva legal no valor de R\$ 1.837 mil, e da transação entre sócios para aquisição da participação remanescente de 20% da controlada ThinkInternational de R\$5.380.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Demonstrações dos resultados (em milhares de reais, exceto %)

DRE	Exercício social encerrado em 31/12/2020	AV %	АН %	Exercício social encerrado em 31/12/2019	AV %
Description 1/2-1/1	512.712	100.000/	22.960/	410 114	100.000/
Receita, líquida	513.712	100,00%	22,86%	418.114	100,00%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(345.251)	-67,21%	19,83%	(288.119)	-68,91%
Lucro bruto	168.461	32,79%	29,59%	129.995	31,09%
Despesas administrativas	(98.048)	-19,09%	16,64%	(84.058)	-20,10%
Despesas administrativas Despesas tributárias	(545)	-0,11%	-74,66%	(2.151)	-20,10%
Outras (despesas) receitas operacionais,	(343)	-0,11%	-74,00%	(2.131)	-0,31%
líquidas	(1.100)	-0,21%	-235,47%	812	0,219
(Despesas) receitas operacionais	(99.693)	-19,41%	16,74%	(85.397)	-20,42%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	68.768	13,39%	54,20%	44.598	10,67%
Receitas financeiras	3.057	0,60%	-11,29%	3.446	0,82%
Despesas financeiras	(5.530)	-1,08%	58,50%	(3.489)	-0,83%
	(2,473)	-0,48%	N.M.	(43)	0,01%
Lucro antes dos tributos	66.295	12,91%	48,79%	44.555	10,66%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(23.853)	-4,64%	61,04%	(14.812)	-3,54%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.127	0,41%	N.M.	101	0,00%
Lucro líquido do exercício	44.569	8,68%	49,34%	29.844	7,14%
Acionistas controladores Acionistas não controladores	42.286 2.283		45,96% 161,51%	28.971 873	

• Receita Líquida

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$513.712 mil, representando um aumento de R\$95.598 mil, ou 22,9%, comparado a R\$418.114 mil no exercício social

encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente:

- (i) Pelo aquecimento do mercado e consequente aumento no volume de demandas para área de tecnologia da informação, mantendo o crescimento contínuo em Multidisciplinary Squads, que representa 85,6% da sua receita total, de 8,2%;
- (ii) Pelo crescimento de R\$ 56.503 mil, que representa 482,8% da oferta NextGen Squads que visa um olhar mais estratégico sobre o negócio o que impulsionou a entrada de novos clientes e alavancou a receita nos seus clientes já existentes apoiado pelo cross sell; e
- (iii) Pela expansão no número de clientes.

• Custo das vendas e dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 345.251 mil, representando um aumento de R\$ 57.132 mil, ou 19,8%, comparado a R\$ 288.119 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O custo das vendas e dos serviços prestados é 95,2% composto por custo de pessoal, que teve um aumento de R\$ 58.657 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 devido ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano (aproximadamente 4,0%).

• Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 168.461 mil, representando um aumento de R\$ 38.466 mil, ou 29,6%, comparado a R\$ 129.995 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O aumento do lucro bruto se deve principalmente ao aumento de eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços, a melhora na sua eficiência operacional, fazendo uso de indicadores para acompanhar e ganhar mais produtividade, ao crescimento de um portfólio de soluções focado em transformação digital e a expansão na sua atuação em soluções Nextgen que são ofertas de alto valor agregado e maiores margens de lucro.

• Despesas Administrativas

As despesas administrativas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 98.048 mil, representando um aumento de R\$ 13.990 mil, ou 16,60%, comparado a R\$ 84.058 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(em milhares de reais, exceto %)	No exercício social encerrado em 31/12/2020	No exercício social encerrado em 31/12/2019	AH R\$	AH %
Com pessoal	(79.659)	(67.099)	(12.560)	18,72%
Serviços com terceiros	(6.651)	(4.829)	(1.822)	37,73%
Aluguéis e condomínios	(904)	(1.147)	243	-21,19%
Depreciação e amortização	(3.695)	(4.451)	756	-16,98%
Comunicações	(608)	(629)	21	-3,34%
Energia elétrica	(332)	(558)	226	-40,50%
Outras despesas administrativas	(6.199)	(5.345)	(854)	15,98%
Despesas administrativas	(98.048)	(84.058)	(13.990)	16,64%

O principal fator que contribuiu para esta elevação foram as despesas com pessoal, que apresentaram um aumento de 18,70% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período do exercício anterior devido aos seguintes fatores: reajuste sindical decorrente dos acordos coletivos de aproximadamente 4,00%; investimento na contratação de executivos de mercado; e pelo aumento no número de funcionários da Companhia em decorrência da expansão da operação.

Quando analisamos a relação das despesas administrativas com a receita líquida apurada, a Companhia apresenta uma redução de 1 p.p. (20,10% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 19,10% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020). Esta redução das despesas administrativas ocorreu devido ao ganho de eficiência nas despesas administrativas frente ao crescimento da operação, focado em digitalização dos processos internos e aplicação do mindset lean baseado na eficiência na resolução de problemas, desenvolvimento de pessoas e geração de valor.

• Despesas Tributárias

As despesas tributárias da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 545 mil, representando uma redução de R\$ 1.606 mil, ou 74,70%, comparado a R\$ 2.151 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A redução refere-se ao registro e pagamento de processo tributário de ISS no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 1.500 mil.

• Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

As outras (despesas) receitas operacionais, líquidas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de uma despesa de R\$1.100 mil, representando um aumento de R\$ 1.912 mil, ou

235,50%, comparado a uma receita de R\$812 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se principalmente a despesa referente à baixa dos ativos imobilizados no montante de R\$2.967 mil ocorrida no ano de 2020, em decorrência da redução dos escritórios após a adoção do trabalho remoto na Companhia. Essa despesa foi parcialmente compensada pelo aumento do bônus de fidelização referente aos benefícios de alimentação dos empregados em R\$ 240 mil, devido ao aumento no quadro de funcionários, somado a outras variações pulverizadas.

• Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 68.768 mil, representando um aumento de R\$ 24.170 mil, ou 54,20%, comparado a R\$ 44.598 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

• Receitas Financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 3.057 mil, representando uma redução de R\$ 389 mil, ou 11,30%, comparado a R\$ 3.446 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou uma queda de R\$ 521 mil quando comparado com o mesmo período do ano anterior principalmente pela queda na CDI acumulado no período analisado (2,75% e 5,96% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente).

• Despesas Financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5.530 mil, representando um aumento de R\$ 2.041 mil, ou 58,50%, comparado a R\$ 3.489 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se basicamente ao aumento nos juros de empréstimos em R\$ 761 mil devido a 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em março de 2020 no montante de R\$ 60.000 mil; e pelo aumento de outras despesas financeiras no montante de R\$ 1.298 mil, sendo R\$ 464 mil referente a atualização monetária referente a saldo a pagar de dividendos atualizados desde a destinação do lucro a data do pagamento.

• Lucro Antes dos Tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 66.295 mil, representando um aumento de R\$ 21.740 mil, ou 48,8%, comparado a R\$ 44.555 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

• Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 21.726 mil, representando um aumento de R\$ 7.015 mil, ou 47,70%, comparado a R\$ 14.711 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente pela variação positiva de R\$ 21.740 mil do lucro antes dos tributos, pelos motivos comentados acima.

• Lucro líquido do exercício

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 44.569 mil, representando um aumento de R\$ 14.725 mil, ou 49,30%, comparado a R\$ 29.844 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (em milhares de reais, exceto %)

Ativo	Em 31/12/2020	AV%	AH%	Em 31/12/2019	AV %
Caixa e equivalentes de caixa	134.715	48,82%	83,60%	73.376	35,14%
Contas a receber	81.225	29,43%	5,92%	76.683	36,72%
Estoques de serviços em andamento	689	0,25%	-75,10%	2.767	1,33%
Despesas antecipadas	7.076	2,56%	22,85%	5.760	2,76%
Tributos a recuperar	7.770	2,82%	40,84%	5.517	2,64%
Contas a receber de partes relacionadas	71	0,03%	-10,13%	79	0,04%
Outros ativos	1.818	0,66%	26,07%	1.442	0,69%
Total do ativo circulante	233.364	84,57%	40,90%	165.624	79,31%
	12	0.020/	0.4.000/	720	0.050/
Estoques de serviços em andamento	43	0,02%	-94,09%	728	0,35%
Depósitos judiciais e caução	4.495	1,63%	-3,13%	4.640	2,22%
Depósitos vinculados – caixa restrito	1.524	0,55%	-69,09%	4.931	2,36%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.395	1,59%	93,78%	2.268	1,09%
Ativos financeiros	10.143	3,68%	31,47%	7.715	3,69%
Despesas antecipadas	-		-100,00%	138	0,07%
Imobilizado	10.734	3,89%	-6,13%	11.435	5,48%
Intangível	9.556	3,46%	39,40%	6.855	3,28%
Direito de uso	1.694	0,61%	-62,30%	4.493	2,15%
Total do ativo não circulante	42.584	15,43%	-1,43%	43.203	20,69%
Total do ativo	275.948	100,00%	32,14%	208.827	100,00%

Passivo	Em 31/12/2020	AV %	AH%	Em 31/12/2019	AV %
Fornecedores	9.348	3,39%	-23,33%	12.193	5,84%
Empréstimos e financiamentos	13.207	4,79%	46,81%	8.996	4,31%
Financiamentos por arrendamento	2.556	0,93%	35,89%	1.881	0,90%
Passivos de arrendamento	785	0,28%	-54,12%	1.711	0,82%
Debêntures	11.095	4,02%		-	
Salários e encargos sociais	11.801	4,28%	41,03%	8.368	4,01%

Total do passivo e do patrimônio líquido	275.948	100,00%	32,14%	208.827	100,00%
Total do patrimônio líquido	104.731	37,95%	-2,05%	106.918	51,20%
Participação acionistas não controladores	1.873	0,68%	70,58%	1.098	0,53%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	102.858	37,27%	-2,80%	105.820	50,67%
Ajustes acumulados de conversão	9.884	3,58%	95,10%	5.066	2,43%
Dividendo adicional proposto	10.043	3,64%	-51,35%	20.642	9,88%
Reserva de lucros	26.748	9,69%	10,65%	24.174	11,58%
Reserva de capital	77	0,03%	-58,38%	185	0,09%
Ações em Tesouraria	-	_	-100,00%	(162)	-0,08%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	_	-100,00%	1.066	0,51%
Patrimônio líquido Capital social	56.106	20,33%	2,29%	54.849	26,27%
Total do passivo não circulante	57.711	20,91%	326,45%	13.533	6,48%
Outros passivos	301 57.711	0,11%	226 450/	12.522	C 400/
Empréstimos com partes relacionadas	201	0.110/	-100,00%	3.210	1,54%
Receitas diferidas	800	0,29%	-33,33%	1.200	0,57%
Debêntures	47.354	17,16%	-	1.200	0.550
Passivos de arrendamento	1.038	0,38%	-66,73%	3.120	1,49%
Financiamentos por arrendamento	1.783	0,65%	-18,21%	2.180	1,04%
Empréstimos e financiamentos	-	-	-100,00%	1.428	0,68%
Provisão para perda de causas judiciais	6.435	2,33%	168,68%	2.395	1,15%
Total do passivo circulante	113.300	41,13%	28,44%	88.376	42,32%
Outros passivos	1.611 113.506	0,58%	42,06%	1.134	0,54%
Empréstimos com partes relacionadas	1 (11	0.590/	-100,00%	4.676	2,24%
Receitas diferidas	16.307	5,91%	19,29%	13.670	6,55%
Dividendos a pagar	10.230	3,71%	48,69%	6.880	3,29%
Provisão para férias e 13o salário	26.562	9,63%	26,41%	21.013	10,06%
Impostos e contribuições a recolher	2 2	0 6001	2 - 1101	21 012	10000

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$ 233.364 mil em 31 de dezembro de 2020, mostrando um aumento de 40,90% em relação aos R\$ 165.624 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se, basicamente ao caixa e equivalentes de caixa devido a 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em março de 2020 no montante de R\$ 60.000 mil para realização de novos investimentos.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$ 42.584 mil em 31 de dezembro de 2020, mostrando uma redução de 1,40% em relação aos R\$ 43.203 mil em 31 de dezembro de 2019 devido, principalmente, ao resgate parcial do saldo da conta de "depósitos vinculados – caixa restrito" (vinculados a dívidas da Companhia) em R\$ 3.407 mil e ao ajuste do saldo da conta do ativo de direito de uso em R\$ 2.799 mil em decorrência da devolução dos escritórios após a adoção do trabalho remoto na Companhia, compensado parcialmente pelo aumento da conta de ativos financeiros devido à realização de novos investimentos em R\$ 2.428 mil e pelo aumento dos impostos diferidos ativos em R\$ 2.127 mil.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 113.506 mil, aumento de 28,40% em relação ao valor de R\$ 88.376 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento refere-se à:

- (i) **Debêntures:** Parcela das debêntures em aberto classificadas no curto prazo devido a 1ª emissão realizada em maio de 2020;
- (ii) Empréstimos e financiamentos: Aumento de R\$ 4.211 mil quando comparado 31 de dezembro de 2020 com 31 de dezembro de 2019 devido principalmente a captação do novo empréstimo da Caixa Econômica federal para fins de capital de giro; e
- (iii) **Provisão para férias e 13º salário:** Aumento de R\$ 5.549 mil quando comparado 31 de dezembro de 2020 com 31 de dezembro de 2019 devido ao aumento de funcionários na Companhia impactando diretamente as provisões.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 57.711 mil, aumento de 326,4% em relação ao valor de R\$ 13.533 mil em 31 de dezembro 2019. Este aumento foi basicamente decorrente da 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em maio de 2020.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido totalizou R\$ 104.731 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$106.918 mil em 31 de dezembro de 2019), tendo uma redução de 2,00%. Essa redução foi decorrente, principalmente, de dividendos distribuídos de R\$41.702 mil e dividendos mínimos obrigatórios de R\$10.230 mil, que foram compensados parcialmente pelo lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$44.569 mil.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Demonstrações dos resultados (em milhares de reais, exceto %)

DRE	Exercício social encerrado em 31/12/2019	AV %	AH %	Exercício social encerrado em 31/12/2018	AV %
Receita, líquida de vendas e serviços prestados	418.114	100,00%	16,88%	357.715	100,00%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(288.119)	-68,91%	10,00%	(261.936)	-73,22%
Lucro bruto	129.995	31,09%	35,72%	95.779	26,78%
(Despesas) receitas operacionais Despesas administrativas Despesas tributárias Outras (despesas) receitas operacionais	(84.058) (2.151) 812	-20,10% -0,51% 0,19%	41,34% 29,34% 226,10%	(59.471) (1.663) 249	-16,63% -0,46% 0,07%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(85.397) 44.598	-20,42% 10,67%	40,26% 27,81%	(60.885)	-17,02% 9,75%
Receitas financeiras Despesas financeiras	3.446 (3.489)	0,82% -0,83%	19,20% 59,6870%	2.891 (2.185)	0,81% -0,61%

	(43)	0,01%	-106,09%	706	0,20%
Lucro antes dos tributos	44.555	10,66%	25,15%	35.600	9,95%
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.812) 101	-3,54% 0,02%	59,58% -104,41%	(9.282) (2.290)	-2,59% -0,64%
Lucro líquido do exercício	29.844	7,14%	24,21%	24.028	6,72%
Acionistas controladores Acionistas não controladores	28.971 873		23,76% 41,03%	23.409 619	

• Receita líquida de vendas e serviços prestados

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 418.114 mil, representando um aumento de R\$ 60.399 mil, ou 16,90%, comparado a R\$ 357.715 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente pelo aquecimento do mercado e consequente aumento no volume de demandas para área de tecnologia da informação, mantendo o crescimento contínuo em Multidisciplinary Squads, que em representa 97,20% da sua receita total, de 14,40% e pela expansão no número de clientes.

• Custos das vendas o dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 288.119 mil, representando um aumento de R\$ 26.183 mil, ou 10,00%, comparado a R\$ 261.936 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

O custo das vendas e dos serviços prestados é 93,70% composto por custo de pessoal, que foi responsável pelo aumento de R\$ 27.643 mil devido basicamente ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano (aproximadamente 3,40%).

• Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 129.995 mil, representando um aumento de R\$ 34.216 mil, ou 35,70%, comparado a R\$ 95.779 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

O aumento do lucro bruto se deve principalmente a: aumento de eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços, pela melhora na sua eficiência operacional, fazendo uso de indicadores para acompanhamento e ganho de produtividade e pelos reajustes dos contratos pelos níveis

de inflação ou superiores e a venda de serviços com maiores margens que as praticadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

• Despesas Administrativas

A despesa administrativa da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$84.058 mil, representando um aumento de R\$ 24.587 mil, ou 41,30%, comparado a R\$ 59.471 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2019	31/12/2018	AH R\$	АН %
Com nassaul	(67.099)	(42.222)	(24.877)	58,92%
Com pessoal	` /	` /	` /	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Serviços com terceiros	(4.829)	(5.972)	1.143	-19,14%
Alugueis e condomínios	(1.147)	(3.357)	2.210	-65,83%
Depreciação e amortização	(4.451)	(3.508)	(943)	26,88%
Comunicações	(629)	(449)	(180)	40,09%
Energia elétrica	(558)	(607)	49	-8,07%
Outras despesas administrativas	(5.345)	(3.356)	(1.989)	59,27%
Despesas administrativas	(84.058)	(59.471)	(24.587)	41,34%

O principal fator que contribuiu para esta elevação foram as despesas com pessoal, que apresentaram um aumento de R\$ 24.877 mil ou 58,90% devido ao reajuste sindical decorrente dos acordos coletivos de aproximadamente 3,40%, e ao investimento na contratação de executivos de mercado e pelo aumento no número de funcionários da Companhia em decorrência da expansão da operação.

• Despesas tributárias

A despesa tributária da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.151 mil, representando um aumento de R\$ 488 mil, ou 29,30%, comparado a R\$ 1.663 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento refere-se ao registro e pagamento de processo tributário de ISS no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$1.500 mil, compensado parcialmente pela redução de outras rubricas.

• Outras (despesas) receitas operacionais

As outras receitas operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 812 mil, representando um aumento de R\$563 mil, ou 226,10%, comparado a R\$ 249 mil (receita) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se ao aumento de do bônus de fidelização referente aos benefícios de alimentação dos empregados em R\$ 700 mil, devido ao aumento no quadro de funcionários, somado a outras variações pulverizadas.

• Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.598 mil, representando um aumento de R\$ 9.704 mil, ou 27,80%, comparado a R\$ 34.894 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

• Receitas financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$3.446 mil, representando um aumento de R\$ 555 mil, ou 19,20%, comparado a R\$2.891 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou uma variação positiva de R\$ 769 mil quando comparado com o exercício anterior.

• Despesas financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3.489 mil, representando um aumento de R\$ 1.304 mil, ou 59,70%, comparado a R\$ 2.185 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deveu-se basicamente aos juros no montante de R\$ 1.245 mil do empréstimo captado em 2019 no Banco Itaú para fins de capital de giro, no valor total de R\$ 15.000 mil.

• Lucro antes dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.555 mil, representando um aumento de R\$ 8.955 mil, ou 25,20%, comparado a R\$ 35.600 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

• Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 14.711 mil, representando um aumento de R\$ 3.139 mil, ou 27,10%, comparado a R\$ 11.572 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se principalmente pela variação positiva de R\$ 8.955 mil do lucro antes dos tributos, pelos motivos comentados acima.

• Lucro líquido do exercício

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 29.844 mil, representando um aumento de R\$ 5.816 mil, ou 24,20%, comparado a R\$ 24.028 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (em milhares de reais, exceto %)

Ativo	Em 31/12/2019	AV %	AH%	Em 31/12/2018	AV %
Caixa e equivalentes de caixa	73.376	35,14%	7,62%	68.183	36,75%
Contas a receber	76.683	36,72%	3,11%	74.372	40,09%
Estoques de serviços em andamento	2.767	1,33%	8,47%	2.551	1,38%
Despesas antecipadas	5.760	2,76%	57,59%	3.655	1,97%
Impostos a recuperar	5.517	2,64%	27,09%	4.341	2,34%
Contas a receber de partes relacionadas	79	0,04%	-85,64%	550	0,30%
Outros ativos	1.442	0,69%	-69,22%	4.685	2,53%
Total do ativo circulante	165.624	79,31%	4,60%	158.337	85,34%
Estoques de serviços em andamento	728	0,35%	-47,25%	1.380	0,74%
Depósitos judiciais e caução	4.640	2,22%	8,13%	4.291	2,31%
Depósitos vinculados – caixa restrito	4.931	2,36%	5,00%	4.696	2,53%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.268	1,09%	4,66%	2.167	1,17%
Ativos financeiros	7.715	3,69%	N.M.	266	0,14%
Despesas antecipadas	138	0,07%	0,00%	_	-,
Investimento	-	-	-100,00%	400	0,22%
Imobilizado	11.435	5,48%	47,04%	7.777	4,19%
Intangível	6.855	3,28%	10,35%	6.212	3,35%
Direito de uso	4.493	2,15%	0,00%	0.212	3,3370
Total do ativo não circulante	43.203	20,69%	58,90%	27.189	14,66%
Total do ativo	208.827	100,00%	12,56%	185.526	100,0%
2000-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00	200.027	100,0070	12,0070	100.020	100,070
Passivo	Em 31/12/2019	AV %	AH%	Em 31/12/2018	AV%
Fornecedores	12.193	5,84%	7,25%	11.369	6,13%
Empréstimos e financiamentos	8.996	4,31%	34,81%	6.673	3,60%
Financiamentos por arrendamento	1.881	0,90%	127,72%	826	0,45%
Passivos de arrendamento	1.711	0,82%	0,00%	-	-
Salários e encargos sociais	8.368	4,01%	16,01%	7.213	3,89%
Impostos e contribuições a recolher	7.854	3,76%	35,04%	5.816	3,13%
Provisão para férias e 13o salário	21.013	10,06%	18,38%	17.751	9,57%
Dividendos a pagar	6.880	3,29%	23,76%	5.559	3,00%
Receitas diferidas	13.670	6,55%	20,28%	11.365	6,13%
Empréstimos com partes relacionadas	4.676	2,24%	-22,17%	6.008	3,24%
Outros passivos	1.134	0,54%	5,98%	1.070	0,58%
Total do passivo circulante	88.376	42,32%	19,99%	73.650	39,70%
Provisão para perda de causas judiciais	2.395	1,15%	56,54%	1.530	0,82%
Empréstimos e financiamentos	1.428	0,68%	-84,51%	9.217	4,97%
Financiamentos por arrendamento	2.180	1,04%	80,31%	1.209	0,65%
Passivos de arrendamento	3.120	1,49%	0,00%	-	
Receitas diferidas	1.200	0,57%	-25,00%	1.600	0,86%
Empréstimos com partes relacionadas	3.210	1,54%	-60,00%	8.024	4,33%
Total do passivo não circulante	13.533	6,48%	-37,29%	21.580	11,63%
Patrimônio líquido					
Patrimônio líquido Capital social	5/1 8/10	26 27%	በ በበ%	5/1 9/10	20 56%
Capital social	54.849 1066	26,27%	0,00%	54.849	
	54.849 1066 (162)	26,27% 0,51% -0,08%	0,00% 214,45% -81,14%	54.849 339 (859)	29,56% 0,18% -0,46%

Reserva de capital	185	0,09%	-74,13%	715	0,39%
Reserva de lucros	24.174	11,58%	-6,03%	25.725	13,87%
Dividendo adicional proposto	20.642	9,88%	364,07%	4.448	2,40%
Ajustes acumulados de conversão	5.066	2,43%	13,36%	4.469	2,41%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	105.820	50,67%	17,99%	89.686	48,34%
Participação acionistas não controladores	1.098	0,53%	80,00%	610	0,33%
Total do patrimônio líquido	106.918	51,20%	18,41%	90.296	48,67%
Total do passivo e do patrimônio líquido	208.827	100,00%	12,56%	185.526	100,00%

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$ 165.624 mil em 31 de dezembro de 2019, mostrando um aumento de 4,60% em relação aos R\$ 158.337 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, basicamente ao caixa e equivalentes de caixa em decorrência do aumento no montante de R\$ 5.193 mil.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$ 43.203 mil em 31 de dezembro de 2019, mostrando um aumento de 58,90% em relação aos R\$ 27.189 mil em 31 de dezembro de 2018 principalmente devido principalmente ao investimento em ativos financeiros em R\$ 7.449 mil e aumento na conta de ativo imobilizado devido as adições ocorridas no ano em R\$ 3.658 mil.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 88.376 mil, aumento de 20,00% em relação ao valor de R\$ 73.650 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento refere-se à:

- (i) Empréstimos e financiamentos: Aumento de R\$ 2.323 mil quando comparado 31 de dezembro de 2019 com 31 de dezembro de 2018 devido a atualização de juros e encargos;
- (ii) Receitas diferidas: Aumento de R\$ 2.305 mil quando comparado 31 de dezembro de 2019 com 31 de dezembro de 2018 referente ao maior volume de valores já faturados, cujos serviços não foram prestados. À medida que os serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado, diminuindo, consequentemente, os valores registrados nesta rubrica; e
- (iii) **Provisão para férias e 13º salário:** Aumento de R\$ 3.262 mil quando comparado 31 de dezembro de 2019 com 31 de dezembro de 2018 devido ao aumento de funcionários na Companhia impactando diretamente as provisões.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 13.533 mil, queda de 37,30% em relação ao valor de R\$ 21.580 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta queda foi basicamente decorrente da amortização parcial do empréstimo do Banco Itaú de capital de giro, em R\$ 7.789 mil.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido totalizou R\$ 106.918 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 90.296 mil em 31 de dezembro de 2018), aumentando em 18,40%. Esse aumento de R\$16.622 mil é decorrente,

principalmente, do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 29.844 mil, que foi compensado parcialmente pela distribuição de dividendos de R\$7.833 mil e dividendos mínimos obrigatórios de R\$6.880 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é composta pela prestação de serviços de suporte ao cliente na adaptação de seus processos para meio digital (transformação digital). As receitas podem advir de projetos de curto ou longo prazo provenientes de cobrança de homem-hora (time-sheet), com ou sem valor limite de cobrança para o projeto (price cap).

A tabela abaixo apresenta a receita líquida de vendas e serviços da Companhia para os três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 referentes ao único segmento operacional da Companhia:

Em milhares de R\$	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas e			
serviços	625.547	513.712	418.114

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A economia brasileira vem registrando recuperação significativa desde o terceiro trimestre do ano passado e a piora das condições sanitárias no final de 2020 devido a pandemia mundial causada pelo coronavírus, e a consequente adoção de novas medidas restritivas em março e abril deste ano, impactaram negativamente a atividade econômica. O ano de 2021 foi marcado pelo início da vacinação no Brasil e uma gradual melhora da expectativa do mercado sobre o ambiente econômico diante do ambiente externo favorável e da redução das incertezas fiscais no curto prazo, resultado em um crescimento mais sustentado da atividade econômica.

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia causada pelo coronavírus, e as restrições adotadas para evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde fez os principais setores da economia entrarem em colapso. Após um primeiro semestre com forte recuo da economia devido aos efeitos da pandemia, a atividade econômica voltou a apresentar um ritmo consistente de recuperação ao longo do segundo semestre de 2020. O bom resultado do PIB no segundo semestre se dá pela melhora da indústria e comércio, que retomaram o patamar anterior à pandemia, pavimentando o caminho para que a economia brasileira continuasse avançando em 2021.

O ano de 2019 foi marcado com uma pequena melhora do ambiente econômico, com a recuperação do PIB e com a inflação abaixo do centro da meta, seguindo uma tendência de queda de juros e após quatro quedas consecutivas de meio ponto porcentual, a Selic encerrou o ano em uma mínima histórica, de 4,5% ao ano.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A recente instabilidade política e econômica tem levado a uma percepção negativa da economia brasileira e a maior volatilidade nos mercados brasileiros. Uma eventual deterioração no índice de crescimento econômico do Brasil, alterações nas taxas de juros, índice de desemprego ou níveis de preços geralmente limita a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra, o que pode ter um impacto adverso na Companhia, apesar do crescente resultado dos seus negócios.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Apesar da renovação da maioria dos contratos de prestação de serviço de software serem influenciados pelos índices de inflação, não é possível estimar a variação da receita vinculada a este único fator pois as atividades da Companhia são precificadas individualmente em cada negociação comercial e varia a depender do tipo de serviço prestado.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia pode ter seu resultado operacional impactado pela taxa de inflação, uma vez que a maior parte de seus custos e despesas (pessoal, encargos e benefícios) são reajustados anualmente com base no dissídio coletivo das categorias de profissionais contratados, e as negociações sindicais costumam tomar por base indicadores de inflação do ano anterior.

As variações dos índices de inflação impactam fortemente os custos e despesas da Companhia, já que o IGP- M e o IPC-A são utilizados como referencial para reajuste dos serviços contratados pela mesma e também para cálculo do dissídio dos profissionais, sendo este último responsável pelo aumento do principal item de custo da Companhia.

Adicionalmente, o resultado financeiro da Companhia é impactado, basicamente, por variações no CDI, em função dos empréstimos contratados junto aos bancos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Workfacilit Soluções Digitais Ltda. ("Workfacilit") foi constituída em 3 de dezembro de 2019 para comercialização do software Atend, Plataforma de inovação no-code para gerenciamento e digitalização de processos para canais de atendimento e controle corporativo. A integralização do capital social, no montante de R\$ 255 mil foi realizada em 24 de janeiro de 2020 e representa 51% de participação na empresa

A Inspeon Soluções Digitais Ltda. ("Inspeon") foi constituída em 10 de dezembro de 2019, com o objetivo de prestar serviços via internet, através da sua plataforma de software multimercado e multirramo para gerenciamento da prestação de serviço de inspeção, auditoria, regulação de sinistros, supervisão de times em campo e relacionamento com cliente. A Companhia possui 60% de participação na Inspeon, e seu capital será integralizado em até 24 meses, no montante total de R\$ 300 mil.

Em maio de 2021 a BRQ IT adquiriu 20% da participação da ThinkInternational pelo valor de R\$ 5.080 mil (USD 1.016 mil), tendo feito um desembolso de R\$ 3.685 mil (USD 737 mil). Em 30 de junho de 2020, o saldo remanescente a pagar era de R\$ 1.395 mil (USD 279 mil).

Em 18 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da BMSIX é limitado a R\$ 18.187 mil, e é composto pelas seguintes parcelas: (i) Uma parcela fixa de R\$3.987 mil já paga na data de fechamento da transação; e (ii) Três parcelas contingentes anuais, sendo 2 (duas) parcelas em valor fixo (R\$ 350 mil cada) e 1 (uma) parcela em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$ 14.200 mil, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pela BMSIX, de metas atreladas a performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 3 de setembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da Livetouch. O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da Livetouch é limitado a R\$ 5.000 mil, e é composto pelas seguintes parcelas: (i) Uma parcela fixa de R\$ 1.800 mil paga na data de fechamento da transação; e (ii) Duas parcelas contingentes anuais, sendo 1 (uma) parcela em valor fixo, R\$ 500 mil, e 1 (uma) parcela em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$ 3.200 mil, sendo o pagamento condicionado ao atingimento de metas atreladas à performance da Livetouch no período de 24 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo à data do fechamento e ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021e 2020.

Na preparação dessas informações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional (IAS 17). A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários -arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia efetuou a revisão dos seus contratos de arrendamento e, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia registrou um passivo de arrendamento em contrapartida ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019 o montante é de R\$ 4.831 mil.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros - IFRS 9 Instrumentos Financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Reconhecimento e mensuração - A Companhia avaliou os seus modelos de negócio quando da adoção inicial da IFRS 9, em 1°. de janeiro, e não identificou nenhum impacto significante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, pela adoção.

Redução ao valor recuperável - Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não contém ressalvas e nem ênfases.

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não contém ressalvas e nem ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. A seguir elencamos as principais políticas contábeis consideradas críticas:

Provisão esperada de crédito

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

A Companhia aplica esta metodologia aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil do ágio registrado utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa avaliada foi a controlada ThinkInternational.

As premissas sobre projeções de crescimento do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de três anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia

Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda. As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, anualmente.

Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece uma parcela da receita com a prestação de serviços de desenvolvimento de aplicações e integrações com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de proporção entre os custos incorridos até a data e os custos totais estimados da transação. Dito isto, caso os projetos não sejam bem planejados, ou sofram modificações de escopo ou de cronograma durante sua execução, ou ainda, caso o contratante não homologue os trabalhos desenvolvidos, as receitas eventualmente já reconhecidas podem acabar sendo estornadas, ou a Companhia pode ter que reconhecer perdas para refletir sua menor expectativa de faturamento.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não detém arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não detém carteiras de recebíveis baixados, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não detém contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não detém contratos de construção não terminada, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém contratos de recebimentos futuros de financiamento, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens detidos pela Companhia que não sejam evidenciados nas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O item 10.7 não é aplicável a Companhia, devido à inexistência de itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, conforme descrito no item 10.6.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Tendo em vista o crescimento da Companhia e as projeções realizadas para os negócios até 2022, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas e/ou contratos e reposição de ativos da área de tecnologia da informação. Para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi alocado o montante de R\$ 37.538 mil para a reserva de retenção de lucros.

A Companhia pretende continuar crescendo nos próximos anos organicamente e através de aquisições de outras empresas. Para fazer frente ao crescimento esperado, a Companhia continuará investindo principalmente em sistemas de controle e gestão e na prospecção de empresas a serem adquiridas. Não podemos prever, quais serão os valores nem as condições de pagamento das futuras aquisições, nem qual será o impacto de tais aquisições em suas demonstrações financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para investir nas estratégias mencionadas acima, pode utilizar diversas fontes de financiamento incluindo (i) a geração própria de recursos em decorrência do desenvolvimento das atividades operacionais; (ii) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos e/ou emissão de debêntures; e (iii) a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas ou de ofertas públicas de ações; e (iv) alienação das ações em tesouraria de emissão da Companhia. No caso da estratégia de crescimento por aquisições, poderemos recorrer também a financiamento dos sócios vendedores das empresas adquiridas ("seller financing"). A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. O saldo é composto da seguinte maneira:

	Taxa efetiva	31/12/2021	31/12/2020		
		Em milhares de reais			
Bradesco	6,40% a.a	48.889	60.055		
(-) Custo de transação		(1.396)	(1.606)		
		47.493	58.449		
	Circulante	14.634	11.095		
	Não circulante	32.859	47.354		

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Tais recursos podem ser complementados por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Adicionalmente, a Companhia espera que, num futuro próximo, terá condições de obter novos recursos através da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas, seja através de ofertas públicas de ações.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não possui nenhum processo de aquisição de ativos em andamento. Estas podem ocorrer no curso normal dos negócios e para fazer frente ao crescimento esperado. Eventuais patentes poderão fazer parte de futuras aquisições da Companhia, mas não é possível seja previsto quais, quantas e qual valor serão adquiridas.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento divulgadas.

ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o investimento com o desenvolvimento de um novo software, no valor de R\$ 1.505 mil e R\$ 1.411 mil, respectivamente, concentrou-se em uma solução interna para controle dos projetos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados neste item 10.

Convém apontar que, desde o início do ano de 2020, a Companhia acompanhou a propagação do Novo Coronavírus ("Covid-19") ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 em suas operações e de suas controladas, e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre as demonstrações financeiras individuais intermediárias e consolidadas. A Companhia adotou o trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores respeitando os decretos de quarentena de cada estado; como consequência reduzimos o tamanho dos escritórios; e reforçou a equipe de saúde corporativa. As ferramentas de TI da Companhia provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual.

A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento e não tenha identificado nenhum evento que pudesse indicar indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência eventos futuros relacionados à pandemia do Covid-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 779 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa "CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)". O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros gastos elegíveis.